Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito) deniserothenburg.df@dabr.com.br

Veja bem

O fato de Lula anunciar uma aliança global contra a fome, 20 anos e dois meses depois daquele discurso na Abertura da 59ª Assembleia da ONU, é sinal de que os países fracassaram nessa empreitada. Agora, com o G20 prometendo, inclusive, um fundo para financiar essa nova tentativa de acabar com a fome, a esperança do governo brasileiro é de que, daqui a 20 anos, os discursos de hoje sejam vistos como primeiro passo de uma caminhada que chegou ao objetivo.

Mais fácil ganhar na Mega

O senador Humberto Costa (PT-PE) foi designado relator do projeto do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) sobre anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Difícil será Mourão arrancar um parecer favorável do petista.

Onde mora o perigo

O que leva os senadores e deputados a colocar de molho essas propostas de anistia é o receio de que alguma dessas pessoas termine partindo para atos extremos, como as bombas da semana passada perto do Supremo Tribunal Federal. Além disso, os lideres consideram que o projeto é polêmico e capaz de acirrar os ânimos num momento em que os parlamentares precisam ter tranquilidade para aprovar projetos urgentes – como o Orçamento de 2025.

Só no papel

As novas regras aprovadas no Senado ainda não representam um sinal verde para a liberação das emendas retidas por decisão do Supremo Tribunal Federal. Antes disso, o ministro Flávio Dino já disse a aliados que precisará de uma leitura detalhada da lei que for publicada no Diário Oficial da União.

Consórcio da sustentabilidade

Terminado o G20, os governadores do Sul e Sudeste têm encontro marcado em Santa Catarina para discutir projetos sustentáveis capazes de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A avaliação de alguns deles é de que não dá para deixar tudo a cargo do governo federal. Não está descartada, inclusive, a discussão de emendas ao Orçamento das duas regiões para financiamentos de projetos.

De legados e fracassos

Aliados comentavam em meio à reunião de cúpula do G20 que se o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminasse em dezembro, seu legado já estaria posto com o G-20 Social e a Aliança contra a Fome — lançada em 2004, quando ele discursou nas Nações Unidas, mas não foi para frente. O discurso no G20, 20 anos depois, poderia ter sido um copia e cola. Naquela época, Lula usou frases do tipo "da fome e da pobreza jamais nascerá a paz" ou "a humanidade está perdendo a luta pela paz". E conclamou a uma união no combate à fome, com a pergunta: "Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?" A frase vale para os dias de hoje. E foi nesse sentido que a Argentina ingressou na nova aliança — não dá para ficar contra um movimento contra a fome. O contraponto que Javier Milei fará — e já ensaiou em seu discurso em defesa do neoliberalismo – será nos meios para se alcançar esse objetivo.



CURTIDAS

Eles estão na área/ Depois do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, começar a rodar o país para se apresentar ao União Brasil como uma opção para 2026, o governador do Paraná, Ratinho Júnior, deve seguir pelo mesmo caminho. É o nome do PSD para a disputa e o único que, até aqui, tem alguma inserção no Nordeste, por causa do programa do pai, o Programa do Ratinho, um dos mais populares da tevê brasileira.



Theresa May em São Paulo/ A Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abrange) realiza o congresso brasileiro de seus associados com a presença da ex-primeira-ministra do Reino Unido Theresa May (**foto**). Ela tem uma vasto conhecimento sobre o tema. Seu governo, de 2016 a 2019, foi responsável pela eficiente transformação do sistema de

saúde britânico, o National Health System.

Parceria obrigatória/ No Brasil, o sistema público de saúde atende a 75% da população. Cabe ao privado e suplementar 25% do atendimento. Embora integrados, um sistema depende do outro. Essa interdependência, que sempre gerou um debate longo e polêmico, será o ponto central do congresso da Abrange, na quinta e na sexta-feira, em São Paulo.

Novo normal/ Os cariocas estão acostumados a encontrar celebridades na sua orla, mas o presidente da França, Emmanuel Macron, de terno, acompanhado da mulher, Brigitte, toda de preto, de salto alto, às 23h, no calçadão de Copacabana, foi a primeira vez.

ATAQUE EM BRASÍLIA

Para Ricardo Cappelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e ex-interventor na segurança do Distrito Federal no pós 8 de janeiro, país fica vulnerável com a falta de conexão entre os organismos de inteligência

Integrar a segurança é urgente

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

atentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), na noite do dia 13 passado, aumentou a pressão sobre os órgãos de segurança pública em relação às autoridades, sobretudo no que se refere aos ministros da Corte. Em entrevista, ontem, ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Brazi**liense** e a TV Brasília —, Ricardo Cappelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e ex-interventor federal na segurança do Distrito Federal do 8 de janeiro de 2023, argumentou que a falta de um sistema centralizado de inteligência entre os organismos de segurança, inteligência e defesa torna o Brasil frágil e inseguro.

Para Cappelli, o atentado reflete a "atmosfera" atual do país. "Isso é o produto de uma situação política que a gente vive no Brasil. A disseminação de ódio nas redes sociais contra as instituições, principalmente contra o Supremo Tribunal Federal, leva as pessoas a cometerem esses atos inaceitáveis. Não é razoável normalizar o que aconteceu", adverte.

Para Cappelli, é preciso que as forças de segurança aumentem as vigilâncias na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios e para autoridades mais expostas a riscos. "Seria prudente subir um pouco o patamar de segurança, principalmente no que diz respeito a algumas autoridades, mas sem criar alarde, sem disseminar medo", salienta.

Segundo Cappelli, as forças de segurança e defesa brasileiras têm diversas dificuldades em se comunicar. Isso leva a falhas de operação, pois, conforme ele observa, "a gente não tem um

sistema centralizado de inteligência". O presidente da ABDI ressalta que "cada força de segurança tem seus dados, suas informações, mas que não conversam entre si, o que leva a uma situação de fragilidade no que diz respeito à inteligência estratégica".

Como pano de fundo para a desconexão dos sistemas de inteligência e análise de dados de segurança, há a discussão sobre a regulamentação das redes sociais. Segundo Ćappelli, a criação de parâmetros é essencial para atuar contra a disseminação do discurso de ódio e prevenir atos como o de Francisco.

"É razoável a gente tratar como liberdade de expressão um discurso que defende a morte de um ministro da Suprema Corte brasileira? Isso é democracia? Não é um debate sobre censura, é sobre razoabilidade. Não é possível essas pessoas ficarem nas redes disseminando ódio, ameaças de ataques a autoridades e fake news, sem que nada seja feito por isso", cobrou.

Regulação das redes

Cappelli cita como exemplo a regulamentação das redes feita na União Europeia. Ele frisa que não se está querendo nada que não tenha sido feito em outras nações. "O Brasil está propondo fazer o que a Europa já fez, mas com um nível de regularização ainda abaixo do que foi aprovado lá. Confio no bom senso do Congresso de avançar com essa matéria, ainda mais depois desse ato lamentável. O problema é que esse debate é muito contaminado quando dizem que regulamentação é censura. Não é nada disso", observa.

Sobre a proposta de anistiar os condenados na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, Cappelli considera como algo impensável. "Anistia para quem depredou prédio público? Para quem tentou dar um golpe de Estado no Brasil? Volto a dizer que o Brasil é um país livre e democrático, mas não para cometer crimes. Confio muito nos inquéritos da Polícia Federal, confio muito no Ministério Público Federal. Tenho a confiança de que não só quem praticou e estava lá, no dia 8, como também os que conspiraram para que (a tentativa de golpe) acontecesse, serão punidos e tratados na forma da lei",

Sobre o corte de gastos que o governo federal persegue para que não haja a explosão das contas públicas, Cappelli considera que há um "falso debate" entre quem são os responsáveis fiscais e os gastadores. Para ele,

A disseminação de ódio nas redes sociais contra as instituições, principalmente contra o Supremo, leva as pessoas a cometerem esses atos inaceitáveis. Não é razoável normalizar o que aconteceu"

"não é razoável querer empurrar a conta do ajuste fiscal para os mais pobres, para os beneficiários do BPC, que são idosos, pessoas com deficiência. Todos querem o equilíbrio das contas públicas, mas têm que contribuir mais aqueles que ganham mais. Tenho muita confiança na

condução do presidente Lula de não fazer o ajuste em cima do mais pobre", argumenta, salientando que concorda com a iniciativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de tornar pública a lista de empresas e setores que recebem benefícios fiscais — que representa redução na arrecadação.

Anunciado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) como pré-candidato a governador do Distrito Federal nas eleições de 2026, Cappelli se considera apto à disputa. "Me honra muito contar com a confiança do PSB e do (presidente do partido) Carlos Siqueira. Ainda está muito longe para 2026, muita coisa vai acontecer. Por isso, é preciso trabalhar pelo êxito do governo do presidente Lula", afirmou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Fratura grave e perda de dedos

O exame necroscópico feito por peritos médicos da Polícia Federal (PF) concluiu que Francisco Wanderley Luiz, autor do atentado a bomba contra o Supremo Tribunal Federal (STF), morreu de traumatismo cranioencefálico causado pelos explosivos que ele próprio acionou. A tomografia apontou uma fratura extensa no lado direito do crânio. Os exames também atestaram que os dedos da mão direita foram amputados pela explosão.

Os peritos do Instituto Nacional de Criminalística concluíram que essas regiões estavam próximas no momento da explosão. Isso indica que Francisco segurou a bomba com a mão direta próximo à cabeça. Um exame toxicológico foi feito para verificar se ele estava sob efeito de alguma substância tóxica no momento do atentado.

Pelo menos oito bombas foram encontradas na casa alugada por Francisco em Ceilândia. A PF identificou que foram montadas com pólvora e fragmentos metálicos, e que esse mesmo padrão foi usado nas explosões na Praça dos Três Poderes.

Esse tipo de bomba cria uma contenção que aumenta a pressão dentro do tubo. Ao ser detonado, o invólucro se rompe, lançando estilhaços com grande força e alcance, o que pode causar ferimentos graves.

A PF pedirá a quebra de sigilo telemático para que os peritos analisem os históricos de buscas e mensagens e dados armazenados na nuvem do celular de Francisco para verificar se planejou o ataque sozinho.

